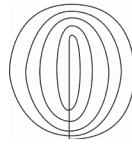


# FATOS

EDIÇÃO DE 2014 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por  
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2014 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Fatos  
Copyright © 2014 do autor  
Pedro Santos

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0038>

Todos os direitos reservados

# Fatos

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0038>

## 1 Introdução

Existem fatos? Assim como muitas outras questões ontológicas, essa questão parece ter uma resposta trivial. Todos nós concordamos, por exemplo, que *é um fato que o clima está mudando*. Mas então há pelo menos um fato – que o clima está mudando. Logo, existem fatos.

Esse argumento depende, porém, de tomarmos ‘que p’ como um termo singular que denota algum objeto. De outro modo, não poderíamos inferir a existência de um fato de algo da forma ‘É um fato que p’. Mas ‘É um fato que p’ ou ‘Que p é um fato’ podem ser vistas também simplesmente como variações estilísticas de p. Normalmente, quando nós dizemos “É um fato que p”, nossa afirmação poderia ser parafraseada simplesmente como p. E, *ceteris paribus*, por razões justamente de economia ontológica, essa segunda interpretação parece ser preferível.

Assim, o que precisa ser decidido não é se nós parecemos falar como se fatos existissem, nem mesmo se nós de fato falamos como se fatos existissem, e sim *se a nossa melhor teoria geral sobre o mundo fala como se fatos existissem*, isto é, se há algum *papel teórico* a ser desempenhado, tal que os fatos sejam o único ou o melhor candidato para desempenhar tal papel. Se, e apenas se, a resposta for afirmativa, nós podemos nos considerar justificados em afirmar a existência de fatos. Vista desse modo, é evidente, em primeiro lugar, que não há nada de trivial na questão da existência de fatos, ou em qualquer outra questão ontológica tradicional. Além disso, fica claro que a identificação de algum papel teórico para os fatos é crucial.

Além da questão ontológica acerca da existência de fatos, há um segundo grupo de questões que dizem respeito à sua *natureza*. O que são essas supostas entidades, que alguns filósofos afirmam existir e outros não? Elas podem ser vistas como uma espécie de algum outro tipo de coisa, ou constituem uma categoria *sui generis*? Elas são simples ou complexas? Se complexas, quais os seus constituintes e de que modo eles estão combinados? Existem fatos negativos, disjuntivos, conjuntos conjuntivos, gerais? Essas questões não são inteiramente independentes da questão de se fatos existem, pois, como veremos abaixo,

*Publicado pela primeira vez em 2014*

se uma entidade é introduzida para desempenhar um determinado papel teórico, isso pode ter conseqüências para a questão da sua natureza; pois é concebível que apenas entidades com tais e tais características possam desempenhar tal papel.

O presente artigo está dividido em duas partes. Na primeira, seção 2, apresentarei e discutirei o principal papel teórico ao qual os defensores da ontologia de fatos apelam, a saber o de *base ôntica*. Na segunda parte, seção 3, abordarei brevemente alguns pontos relacionados à questão na natureza dos fatos.

## 2 Por que fatos? O argumento das bases ônticas

Diversos papéis teóricos para os fatos podem ser propostos, mas o que tem sido mais discutido nos últimos anos tem a ver com a teoria da verdade. É extremamente natural pensar que a verdade de uma sentença é o produto de dois fatores: o que a sentença significa e “como as coisas são na realidade”. Uma maneira de tentar tornar essa idéia mais precisa é dizer que toda verdade é verdade *em virtude de* algo que existe na realidade. Esse algo no mundo que fundamenta ou explica a verdade da sentença é o seu *truthmaker* ou a sua *base ôntica*. Mas agora considere, por exemplo, uma sentença como ‘Sócrates é grego’. Qual pode ser a base ôntica dessa verdade? Claramente, uma condição necessária para que algo seja a base ôntica de uma sentença é que a sua existência garanta a verdade da sentença. Assim, nem Sócrates nem a propriedade de ser grego podem servir como base ôntica de ‘Sócrates é grego’, pois ambas essas entidades poderiam existir sem que Sócrates fosse grego. Nesse ponto, *o fato de que Sócrates é grego* surge como um candidato natural, pois parece claro que se esse fato existe, então ‘Sócrates é grego’ é verdade.

É importante notar que se os fatos devem funcionar como bases ônticas, então eles dificilmente poderão ser vistos como proposições verdadeiras ou estados de coisas que obtém. Se os fatos fossem tomados como proposições verdadeiras, a verdade das sentenças estaria sendo fundamentada apenas numa sentido relativo: o mesmo tipo de questão teria que ser respondida agora para as proposições e o fundamento ôntico último da sentença seria o que quer que seja que fundamenta a verdade da proposição que ela expressa. Além disso, proposições verdadeiras e estados de coisas que obtém podem em

muitos casos existir sem serem verdadeiras e sem obter – do mesmo modo que um homem grego poderia existir sem ser grego. Mas então a condição necessária para algo ser uma base ôntica não seria satisfeita em geral. Vemos assim que quando os fatos são introduzidos para desempenhar o papel de base ôntica, eles não podem ser dotados de nenhuma “dualidade” do tipo verdadeiro/falso ou obter/não obter. Nesse caso é comum pensar nos fatos como certos “complexos estruturais” que consistem, ao menos nos casos mais simples, de uma propriedade *em aplicação* a um certo objeto ou de uma relação *relacionando* um certo número de objetos. Esse tipo de concepção é sem dúvida motivada, ao menos em parte, pela idéia de que se existe algo como o complexo Sócrates-tendo-a-propriedade-de-ser-grego, então Sócrates é de fato grego e a sentença ‘Sócrates é grego’ é verdadeira.

No entanto, proposições verdadeiras ou estados de coisas que obtêm podem ser perfeitamente adequados para outros papéis desempenhados pela noção de fato. Tal como no caso das ontologias de proposições e de propriedades, diferentes motivações podem levar a teorias muito diferentes de uma mesma noção. Não há uma noção ordinária precisa de fato, nem provavelmente um tipo de entidade capaz de desempenhar todos os papéis que a noção comumente desempenha. No que se segue, eu me concentrarei no papel teórico de base ôntica e na noção de fato que deriva daí. Uma discussão sobre fatos no sentido de proposições verdadeiras ou estados de coisa que obtêm pertence mais naturalmente aos tópicos das proposições em geral e dos estados de coisas em geral, respectivamente.

Vejam os detalhes a forma do argumento a favor da existência de fatos que esboçamos acima. Esse argumento tem sua origem no atomismo lógico de Russell e Wittgenstein e é conhecido atualmente como o argumento do produtor de verdade (*truthmaker argument*). Ele possui duas premissas principais. A primeira afirma que toda verdade requer uma base ôntica e a segunda afirma que os fatos são os melhores candidatos para desempenhar o papel de bases ônticas. Dessas duas premissas é plausível inferir que nós devemos aceitar uma ontologia de fatos (Armstrong 1997: 115).

Nessa inferência há, é claro, uma premissa metodológica implícita, segundo a qual nós devemos admitir a existência das entidades mais adequadas para desempenhar as funções teóricas que precisam

ser desempenhadas. Esse princípio metodológico, porém, é muito pouco controverso. As duas premissas iniciais, ao contrário, se revelaram muito controversas. Filósofos como David Lewis (1999: caps. 3, 12, 13; 2001), e Kit Fine (2012) questionaram a necessidade de bases ônticas para as verdades, enquanto que outros, como Kevin Mulligan, Peter Simons e Barry Smith (1984) argumentaram que as bases ônticas devem ser identificadas a “momentos” ou “tropos” (atributos particulares) e não a fatos.

### 2.1 O princípio das bases ônticas

Vamos começar discutindo a primeira premissa do argumento, que pode ser chamada de *princípio das bases ônticas*:

Princípio das bases ônticas: Toda verdade têm uma base ôntica, isto é, algo em virtude de que ela é verdade.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Uma consideração preliminar que pode ser levantada é a da relação entre o princípio das bases ônticas e a teoria correspondentista da verdade. Defensores do princípio freqüentemente o vêem como uma versão da teoria correspondentista (Armstrong 1997: 128). Mas a questão não me parece ser tão simples. É claro que, de acordo com o princípio das bases ônticas, a verdade ou falsidade de uma sentença depende de se ela corresponde ou não a uma realidade independente, mais especificamente se ela está com algum objeto na relação de ser verdadeira em virtude dele. Portanto, se esse é todo o conteúdo da teoria correspondentista, então uma teoria de fatos fundada no princípio das bases ônticas deve ser vista como uma forma de correspondentismo. Porém, há também uma interpretação mais forte, na qual a teoria correspondentista visa *explicar a natureza da verdade*, i.e., dizer em que a verdade de uma sentença ou proposição *consiste*, em termos de uma certa relação de correspondência. Mas não parece apropriado dizer que a *verdade* de uma sentença consiste em ela ser *verdadeira* em virtude de algo. Como uma noção pode ser explicada em termos de si própria? Nessa interpretação mais forte, a correspondência em questão parece precisar ser alguma forma de representação, de modo que nós possamos dizer algo como: uma sentença é verdadeira se ela representa (descreve, espelha, etc.) um fato. Porém, como veremos mais adiante, uma característica típica das teorias de fatos como bases ônticas é que não há uma relação um-um entre verdades e fatos. Por isso, não é possível pensar na relação entre verdades e fatos como uma relação de representação.

Os defensores da teoria de bases ônticas como uma forma de correspondentismo poderiam ainda querer usar essa relação para formular uma definição recursiva de verdade no espírito de Tarski. Tomando o Inglês como exemplo, no caso das sentenças atômicas nós teríamos cláusulas como: ‘Snow is white’ é verdade sse o

Parece evidente que qualquer concepção minimamente realista de verdade aceitará que a verdade de uma sentença resulta do significado da sentença, por um lado, e do mundo ou de “como as coisas são”, por outro. Mas o princípio das bases ônticas parece ir além desse realismo mínimo, pois ele afirma que a contribuição do mundo para a verdade da sentença é feita por meio de uma entidade, de uma “porção da realidade”, como diz Armstrong (2004: 4), e essa parece ser uma afirmação mais forte. Curiosamente, os defensores

---

fato de que a neve é branca existe. Sentenças moleculares e quantificadas poderiam ser tratadas de maneira análoga à de Tarski. Mas há um problema. Para esse tipo de idéia funcionar nós precisamos assumir que toda sentença atômica, se verdadeira, corresponde a um fato atômico. Em outras palavras, nós precisamos assumir uma espécie de isomorfismo entre a forma lógica das sentenças e a forma ontológica dos fatos. Essa suposição, porém, é freqüentemente negada pelos teóricos das bases ônticas. Mulligan et. al. (1984), por exemplo, a chamam de “dogma da forma lógica”. Mas na ausência desse “dogma” as cláusulas atômicas da definição não podem ser sustentadas. Por exemplo, pode ser que não haja um fato atômico de que um objeto *x* é vermelho e que a sentença ‘*x* é vermelho’ tenha como base ôntica (supondo que ela seja verdadeira) apenas os fatos em que *x* instância um tom absolutamente determinado de vermelho.

Em vista dessas considerações é no mínimo duvidoso se a teoria das bases ônticas pode ser vista como uma forma de correspondentismo no sentido mais forte identificado acima e, de modo mais geral, se ela é capaz de servir de base para uma tentativa minimamente plausível de elucidação da noção de verdade. Mas isso não significa que ela seja sem importância. Ela pode ainda nos convencer da existência de fatos e servir de base para o desenvolvimento de uma ontologia de fatos, e esse é o nosso foco presente.

Incidentalmente, vale observar que ao menos certas formas tradicionais de correspondentismo também podem ser consideradas insuficientes do ponto de vista da teoria de bases ônticas. Considere, por exemplo, uma teoria de estados de coisas em que cada sentença de uma determinada linguagem “descreve” um estado de coisas, as verdades sendo as sentenças que descrevem estados de coisas que “obtem” (Taylor 1976). Como mencionamos acima, numa teoria como essa o estado de coisas de que Sócrates é grego não pode ser a base ôntica de ‘Sócrates é grego’, já que esse estado existiria igualmente (embora sem obter) num mundo possível em que Sócrates é brasileiro. Tampouco o estado de coisas de “segunda-ordem” de que esse estado, o estado de coisas de Sócrates ser grego, obtém poderia servir como base ôntica, exatamente pelo mesmo motivo. Parece então que embora ele possa dizer algo geral sobre a natureza da verdade, esse tipo de correspondentismo por si só não é capaz de fornecer bases ônticas adequadas.

do princípio não parecem muito preocupados em argumentar em sua defesa. Armstrong (2004), por exemplo, diz candidamente que ele “não tem nenhum argumento direto” (7) e que espera que aqueles com “inclinações realistas” se sintam “imediatamente atraídos” pelo princípio. Mas tendo em vista os questionamentos que foram levantados recentemente contra o princípio, parece importante considerar que argumentos podem ser dados em sua defesa.

Um argumento possível a favor do princípio das bases ônticas consiste em tentar mostrar que o princípio *não* vai realmente além do realismo mínimo, isto é, que não há nenhuma outra maneira razoável de interpretar a idéia de que o mundo contribui para a verdade das sentenças. Pois se a contribuição do mundo para a verdade das sentenças não se dá por meio de entidades, de certas porções da realidade, isto é, por algum meio ôntico, então ela parece se dar por meio de algum *aspecto não-ôntico* da realidade. Mas parece haver algo contraditório na idéia de um aspecto não-ôntico do mundo. Se *há* aspectos não-ônticos, então *eles*, esses aspectos, têm algum ser. Mas então eles são entidades de algum tipo. Mas se eles são entidades de algum tipo, que sentido pode haver em chamá-los não-ônticos? No *Tractatus* (1921) Wittgenstein afirma que o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas; mas os fatos ainda são “coisas” num sentido amplo, i.e., eles são entidades de alguma espécie e, portanto, o mundo para Wittgenstein ainda parece ser uma totalidade ôntica. Ora, se há realmente uma contradição na idéia de aspectos não-ônticos da realidade, o adversário do princípio das bases ônticas parece estar na situação desconfortável de não ser capaz de formular sua posição: a verdade se dá em parte em virtude de “como as coisas são” mas essa expressão não deve ser entendida como fazendo referência a alguma entidade ou conjunto de entidades. Mas então como ela deve ser entendida?

Um segundo argumento que segue mais ou menos a mesma linha sustenta que o princípio das bases ônticas é meramente uma reformulação do princípio plausível de Bigelow (1988) de que *a verdade sobrevém ao ser*, ao que há. Mas isso seria um erro. O princípio de Bigelow é mais fraco e significa apenas que se dois mundos possíveis diferem no que é verdade em cada um, então eles diferem no que há, isto é, há algo em um que não existe no outro. Isso é compatível com a idéia de que é justamente porque algo *não existe* que uma sentença –

uma sentença existencial negativa, por exemplo – é verdadeira, o que obviamente é incompatível com o princípio das bases ônticas.

Mulligan et al. (1984) também ensaiam alguns argumentos a favor do princípio. Em primeiro lugar eles criticam as “investigações semânticas” (288) que seguem a linha do trabalho de Tarski sobre a verdade. Segundo eles, essas investigações, ainda que iluminem a estrutura da linguagem não fazem nada “para elucidar a própria relação básica de verdade”, nem para “explicar como sentenças sobre o mundo real se tornam verdadeiras ou falsas”. Ao invés, essas abordagens nos deixam com pseudo-elucidações exangues (*bloodless pseudo-elucidations*), tais como: uma predicação monádica ‘Pa’ é verdadeira sse a pertence à extensão de ‘P’. O problema aqui seria que a extensão de ‘P’ é simplesmente o conjunto de objetos tais que, se nós substituirmos ‘x’ em ‘Px’ por um nome do objeto em questão, nós obtemos uma sentença verdadeira.

Esse argumento me parece um pouco confuso. Em particular, a crítica à cláusula para predicações monádicas parece um pouco injusta na medida em que a extensão de um predicado não precisa ser explicada com base na verdade de sentenças obtidas por substituição. Se isso fosse assim, a definição de verdade de Tarski não seria formalmente correta. Nós podemos, por exemplo, dizer que a extensão de ‘P’ é o conjunto de objetos aos quais ‘P’ se aplica, ou que instanciam a propriedade que ‘P’ denota, ou que caem sob o conceito que ‘P’ expressa. Em nenhum desses casos nós apelamos para a noção de verdade. O próprio Tarski, cuja teoria se aplica a linguagens interpretadas, diria simplesmente algo como: ‘Px’ é satisfeita por um objeto o sse o é F, onde F é a tradução de P para a metalinguagem (Tarski 1935).

É claro que o defensor do princípio das bases ônticas pode reclamar que isso não nos diz *em virtude de que* ‘Pa’ é verdade, mas dizer isso pura e simplesmente é o mesmo que reafirmar o princípio, não argumentar em seu favor. E mesmo que nós aceitemos que coisas como “‘Snow is white’ é verdade sse a neve é branca” não explicam *porque* ‘Snow is white’ é verdade (o que é bastante plausível) não se segue imediatamente daí que a explicação que se busca tenha que ser dada em termos de bases ônticas. Por que não poderíamos simplesmente dizer que ‘Snow is white’ é verdade porque ela significa que a neve é branca e a neve é, de fato, branca? Autores como Kit Fine (2012) argumentam que esse tipo de explicação é preferível ao apelo



a bases ônticas.

Uma segunda consideração avançada por Muligan et al. (1984) é que Putnam (1978) argumentou que a teoria da verdade de Tarski não “determina o conceito que ela pretendia capturar” porque a caracterização formal é ainda adequada se nós reinterpretarmos ‘verdadeiro’ como, por exemplo, “afirmável com justificação” (*warrantedly assertible*) e ajustarmos a interpretação das constantes lógicas de maneira correspondente. A conclusão de Putnam, endossada pelos autores, é que o trabalho de Tarski precisa ser suplementado por uma “teoria da correspondência filosoficamente não-neutra” (289). Eles acrescentam que o seu artigo é justamente sobre uma tal teoria.

Mas não é óbvio que qualquer definição que esteja sujeita a esse tipo de reinterpretação deixe de determinar o conceito que ela pretende capturar. Se fosse assim, tendo em vista os resultados mais radicais de Putnam (1983: cap. 1), pareceria que nenhuma definição capturaria conceito algum. Além disso, não é claro que a teoria das bases ônticas seja uma teoria da verdade como correspondência, nem que ela possa servir como a base de uma teoria da natureza da verdade (ver nota 1).

Apesar da sua relativa obscuridade, portanto, o primeiro argumento mencionado nesta seção parece ser o mais forte. Ele está longe, porém, de ser conclusivo. Parece claro que os defensores do princípio das bases ônticas o aceitam mais com base numa “intuição” do que com base em argumentos. Mas isso ocorre freqüentemente em metafísica. Princípios metafísicos controversos são freqüentemente aceitos com base em “intuições filosóficas”, ou seja, sem argumentos. Um exemplo bem conhecido é a maneira como Goodman e Quine rejeitam a existência de “universais” em seu artigo conjunto (1947). Isso, portanto, não é razão para que o princípio seja desprezado.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Vale a pena olhar com mais cuidado para a crítica de Lewis ao princípio das bases ônticas. Lewis apresenta sua crítica em vários lugares (1999: caps. 3, 12, 13; 2001), mas a formulação mais clara me parece ser a de (1999: cap. 12). Nesse artigo, Lewis começa apontando algumas conseqüências do princípio que ele considera erradas à primeira vista. De acordo com o princípio, toda verdade negativa existencial é verdade em virtude de algo que existe. Mas, diz Lewis, o mais natural é dizer que essas verdades são verdades *porque não existem contra-exemplos*. ‘Não há burros falantes’, por exemplo, é verdade *porque não há nenhum burro falante*. Além disso, predicções não parecem ser verdadeiras em virtude de

## 2.2 Tropos

Vamos agora fingir que estamos convencidos da necessidade de bases ônticas para as verdades. Ora, a segunda premissa do argumento das bases ônticas afirma que a melhor decisão teórica é a de identificar as bases ônticas a fatos. Isso não significa que, para qualquer  $p$ , haja um fato correspondente — o fato de que  $p$ , mas apenas que, para qualquer

certas coisas que são, mas em virtude de *como* certas coisas são. Assim, mesmo os realistas a respeito de propriedades deveriam dizer que ‘ $a$  é  $F$ ’ é verdadeira porque a instância a propriedade  $F$ . (Aqui podemos ver o uso da noção sentencial de explicação a que já nos referimos.)

Assim, Lewis pensa que o princípio das bases tem conseqüências impalatáveis. Mas essas conseqüências poderiam ser toleradas se o princípio tivesse uma motivação suficientemente forte. Mas Lewis acha que isso não é o caso. O preço que se paga é a troca de nada porque “a demanda por *truth-makers* está errada desde o início” (206). Errada, mas não inteiramente. Ela é uma “reação exagerada a algo verdadeiro e importante”. Esse algo é o princípio de que “a verdade sobrevém ao ser” (206). “O ser” deve aqui ser entendido como cobrindo tanto as coisas *que* são quanto *como* elas são. E “como as coisas são” não deve ser tomado como cobrindo qualquer condição que as coisas satisfazem, pois isso seria trivial. Como as coisas são deve ser tomado como consistindo na distribuição de uma elite de propriedades “básicas”. Isso, por sua vez, pode ser entendido de vários modos. Lewis ele próprio gosta de identificar essas propriedades às propriedades e relações “perfeitamente naturais” (207). Dada uma teoria de universais como a de Armstrong, elas seriam as propriedades e relações que correspondem a universais. O princípio que Lewis propõe, portanto, é que a verdade sobrevém às coisas que existem e a como elas são. Dois mundos possíveis não podem diferir a não ser que difiram no que há ou em como o que há é.

Em outras palavras, Lewis parece estar sustentando que o que há não esgota a realidade, o mundo, o ser. A realidade possui também o que nós chamamos acima de aspectos não-ônticos. É em algum sentido um aspecto da realidade que um particular  $a$  instância uma propriedade perfeitamente natural  $F$ , mas não há nenhuma *entidade* à qual esse aspecto possa ser identificado. Dois mundos podem diferir em *como* as entidades estão “combinadas” sem diferir em que “combinações” eles contêm e em geral sem diferir no que há. Como já mencionamos, essa é uma idéia perigosa que beira a incoerência. Esses aspectos não-ônticos não são um *algo* no mundo, mas também não são um puro *nada*. Como isso é possível? Eu não tenho certeza se compreendo essa noção de “ser” e, portanto, concluo, tentativamente, que a idéia de que a verdade sobrevém ao ser deve ser entendida em termos de bases ônticas.

p, há algum fato em virtude do qual p é verdade. (A questão de que tipos de fatos precisam ser reconhecidos para que haja bases ônticas suficientes será abordada na próxima parte.)

Como vimos, fatos são candidatos naturais para bases ônticas. Por exemplo, a verdade de uma sentença atômica contingente, ‘a é F’, não pode estar baseada nem na existência de a, nem na existência de F. E se agora pensarmos no fato de que a é F como algo que consiste de F *em aplicação* ao particular a, parece claro que a sua existência necessita a verdade da sentença.

Assim, a segunda premissa seria difícil de questionar se não houvesse nenhum outro candidato para o papel de base ôntica. Mas há. Os *tropos* (ou *momentos*, ou *particulares abstratos*) são coisas como a sabedoria de Sócrates, a brancura do Parthenon, a forma circular desta mesa, o amor de Antonio por Cleópatra etc. (Williams 1953; Campbell 1981; Mulligan et al. 1984; Daly 1994-5). Há mais de uma maneira de tentar caracterizar de modo geral essas entidades. Daly (1994-5) e Armstrong (1997), por exemplo, caracterizam os tropos como sendo propriedades e relações particularizadas, i.e., concebidas como particulares e não como universais. Mulligan et al. (1984), por outro lado, os caracterizam como objetos existencialmente dependentes ou não-autosuficientes, objetos que precisam existir “em” alguma outra coisa à moda dos acidentes de Aristóteles.<sup>3</sup>

Essas distinções – entre particular e universal e entre objetos independentes e dependentes – são notoriamente difíceis de explicar com total clareza e alguns as consideram extremamente obscuras.<sup>4</sup> Mas, seja como for, um princípio que é assumido por todos os que aceitam falar de tropos é que, ao contrário dos universais, os tropos não são compartilháveis: a brancura do Parthenon é numericamente distinta da brancura de qualquer outro objeto, mesmo que esse outro objeto seja exatamente do mesmo tom de branco que o Parthenon. Numa teoria de tropos, dois objetos têm a mesma cor se cada um tem um tropo de cor distinto que pertencem ambos à mesma classe de

<sup>3</sup> Ver *Categorias*, 1a20.

<sup>4</sup> Para um exemplo do ceticismo sobre a distinção entre particular e universal ver McBride 2005. Para uma discussão sobre a noção de dependência ver Correia 2004.

similaridade, i.e., a uma classe de tropos tal que todos os membros são perfeitamente semelhantes. Se nós agora assumirmos, além disso, que os tropos são intransferíveis, i.e., que algo como a brancura do Parthenon não poderia estar em nenhuma outra coisa, então podemos ver que a existência de um tropo como a F-idade de *a* também necessita a verdade de '*a* é F'. Em conseqüência, surge a possibilidade de dispensar fatos em favor de uma ontologia de tropos.

É importante notar que a F-idade de *a* não deve ser vista como alguma espécie de complexo constituído de *a* e F (tomado como um universal), pois nesse caso não haveria uma diferença significativa entre assumir tropos e assumir fatos. Talvez os tropos não sejam todos simples, mas em todo caso eles não são compostos de particulares e universais. No nível mais fundamental, nós teríamos tropos simples que seriam, ainda assim, dependentes dos particulares nos quais eles residem e dos quais dependem para existir. E é justamente aí que se encontra, talvez, o maior problema para a ontologia dos tropos.

É perfeitamente possível sustentar que as partes de um todo sejam essenciais para ele, ainda que essa seja uma posição um pouco contra-intuitiva. Em concepções de objeto físico com as de Quine ou Lewis é natural concluir que temos precisamente esse resultado, conhecido como *essencialismo mereológico* (Quine 1953: cap. IV; Lewis 1986; Chisholm 1973). Mas o que o defensor dos tropos nos pede para aceitar é algo diferente, a saber que o *tudo* em que certas partes estão é essencial *para essas partes*. No caso de partes complexas, "arbitrárias" e não-separadas, essa tese é, até certo ponto, plausível. Por exemplo, penso que muitos diriam que a metade da direita da minha mesa não poderia existir sem que a minha mesa existisse, ou ao menos sem que ela tivesse existido em algum momento. Mas no caso de partes simples, a tese perde bastante dessa plausibilidade. Por que algo simples que compõe um todo não poderia existir sem ele? Por que não poderia haver um mundo possível em que a brancura do Parthenon está em alguma outra coisa? Para responder a essa questão não basta insistir que os tropos são entidades dependentes. É de fato natural sustentar que tropos sejam entidades dependentes num sentido *genérico*, i.e., um tropo não poderia existir sem estar *em* algo. Não há brancura sem algo branco, por exemplo. (Note que esse tipo de dependência é às vezes atribuída também aos universais (Armstrong 1997: § 3.8)). Mas, como mencionado acima, apenas isso não é suficiente para que

os tropos possam assumir a função dos fatos. É necessário assumir, como dissemos, que eles sejam intransferíveis, e essa é evidentemente uma tese mais forte do que a tese da dependência genérica.

Armstrong (1997: § 3.23) menciona dois problemas adicionais: o teórico de tropos teria que aceitar como um primitivo uma relação de semelhança capaz de graus variados, tomando os “axiomas da semelhança” como “necessidades brutas”; e teria que ver as leis naturais como meras regularidades. Contudo, Armstrong vê os tropos como uma importante alternativa que merece desenvolvimento (24). Infelizmente não temos espaço para aprofundar mais essa discussão.

### 3 Aspectos da metafísica dos fatos

Como vimos, os fatos, ao menos quando tomados como bases ônticas, são normalmente concebidos como certos complexos estruturais que consistem, ao menos nos casos mais simples, em um particular *instanciando* uma propriedade ou em uma relação *relacionando* certos objetos. Fatos dessa forma nós podemos chamar de *fatos atômicos*. Surge então, em primeiro lugar, a questão da natureza dessa conexão entre atributo e particulares em um fato. Em segundo lugar, há a questão de se todos os fatos são atômicos, ou se existem fatos de outras formas. Vamos discutir brevemente cada um desses pontos; mas note que as restrições de espaço impedirão que nós façamos justiça à sua real complexidade.

#### 3.1 Instanciação

Há um problema tradicional para a ontologia de fatos, conhecido como *Regresso de Bradley*, que surge quando nós pedimos uma explicação da *unidade* de um fato. O que explica a existência do fato de que  $a$  é  $F$ , como algo que em algum sentido une  $a$  e  $F$ ? Suponha que nós respondamos que o que explica a existência do fato de que  $a$  é  $F$  é o fato de que a relação de instanciação relaciona  $a$  e  $F$ . Bem, nesse caso, temos um fato explicando a unidade de outro. A questão pode agora ser recolocada para esse novo fato, e assim por diante. Desse modo obtemos um regresso que parece ser vicioso, na medida em que ameaça tornar inexplicável a unidade dos fatos. Numa formulação alternativa, começa-se afirmando que para que o fato que  $a$  é  $F$  exista é

preciso que haja *nele* uma relação de instanciação R que relacione *a* e F e funcione, assim, como uma cola ou um cimento. Mas então parece que seria necessário um segundo cimento, uma segunda relação de instanciação, para ligar *a*, F e R, e assim por diante (Bradley (1893: cap II); Russell (1903: cap. IV)).

Uma resposta natural para esses problemas é dizer que o fato que *a* é F existe simplesmente porque *a* é F, onde o ‘é’ não deve ser lido como significando uma relação. Não há nenhum outro fato mais complexo que explique a existência do primeiro, nem há a necessidade de nenhum cimento: os particulares se “ligam” aos universais como peças que se encaixam, sem a necessidade da intervenção de qualquer outra entidade.

Essa resposta pode parecer atraente, mas ela gera ao menos duas dificuldades. Em primeiro lugar, o defensor de fatos parece estar comprometido com a idéia de que “há” um certo modo de combinação dos particulares com os atributos que não é uma relação *nem nenhum outro tipo de entidade*. Mas nós vimos acima que talvez a melhor defesa do princípio das bases ônticas passe justamente pela negação de que “haja” aspectos não-ônticos da realidade. Em segundo lugar, se ‘*a* é F’ é verdade *porque* o fato de que *a* é F existe; e se esse fato existe *porque* *a* é F, então se segue que ‘*a* é F’ é verdade *porque* *a* é F. Mas se a verdade das sentenças pode receber esse tipo de explicação parece que o apelo a fatos como bases ônticas é inteiramente supérfluo.

Mas se a resposta aventada precisar ser abandonada em vista das dificuldades que decorrem dela, então parece que o defensor dos fatos se encontrará em sérias dificuldade. Eu não consigo ver claramente que outra resposta minimamente plausível pode ser oferecida para o problema do regresso, de modo que esse é um problema sério que qualquer metafísica de fatos precisa enfrentar. Não penso que haja atualmente uma solução inteiramente satisfatória para ele, especialmente se tivermos em mente uma teoria de fatos como bases ônticas.

### 3.2 Tipos de fatos

É comum entre os defensores de fatos como bases ônticas negar a existência de fatos disjuntivos e conjuntivos. Nós não precisamos as-

sumir a existência, por exemplo, do fato de que Sócrates é grego ou Platão é grego, pois qualquer um dos dois fatos que entrariam na composição do fato disjuntivo, a saber o fato de que Sócrates é grego e o fato de que Platão é grego, já seria suficiente por si mesmo para fundamentar a verdade da disjunção ‘Sócrates é grego e Platão é grego’. De modo similar, nós podemos dizer que o fato de que Sócrates é grego e o fato de que Platão é grego fazem juntos com que a conjunção ‘Sócrates é grego ou Platão é grego’ seja verdadeira: não há necessidade de postular um fato conjuntivo.

Mas considere a sentença ‘Sócrates não é brasileiro’. Que fato pode ser a base ôntica dessa sentença? Alguém poderia sugerir que algum fato incompatível com a verdade da sentença poderia servir, como por exemplo o fato de que Sócrates é grego. Mas fatos incompatíveis não estão sempre disponíveis. Para deixar de ter uma dada propriedade um objeto não precisa ter nenhuma propriedade incompatível com ela. Se, por exemplo, *a* gosta de *b* mas não o ama, que fato incompatível com ‘*a* ama *b*’ pode ser mencionado como a base ôntica de ‘*a* não ama *b*’? Nesse ponto pode surgir a sugestão de que nós devemos admitir *fatos negativos*. A base ôntica de ‘Sócrates não é brasileiro’ seria simplesmente o fato de que Sócrates não é brasileiro.

Mas o que é um fato negativo? Como ele é constituído? O fato de que Sócrates não é brasileiro não pode consistir de um atributo de não-factuality (ou algo do gênero) aplicado ao fato de que Sócrates é brasileiro, pois não há um tal fato. Numa teoria que admite fatos como os estados de coisas que obtêm ou são o caso, nós poderíamos pensar nos fatos negativos desse modo, i.e., como os estados negativos (da forma  $\sim A$ , onde *A* é um estado de coisas) que obtêm. Mas como vimos acima, fatos nesse sentido não são apropriados para desempenhar o papel de bases ônticas.

O problema dos fatos negativos é notoriamente difícil. Observe, por exemplo, que Russell (1918) aceitou a existência de fatos negativos mas não fez absolutamente nenhuma proposta a respeito da sua constituição. Em todo caso, eis algumas idéias que podem ser exploradas. Nós podemos postular um operador de negação, que se liga a um atributo *F* e forma o atributo negativo  $\sim F$ . O fato de que *a* não é *F* consistiria então da propriedade negativa  $\sim F$  aplicada a *a*. O problema aqui é que há um preço alto a ser pago: nós estaríamos introduzindo uma nova categoria ontológica, a dos operadores, assim

como um novo modo primitivo de combinação, a operacionalização de um atributo por um operador. Uma outra idéia seria pensar na negação como uma relação de grau múltiplo, seguindo a linha da proposta de Russell (1918) sobre a relação de crença. Assim, no fato de que Sócrates não é brasileiro nós teríamos a negação relacionando Sócrates e o atributo de ser brasileiro; no fato de que Aécio não ama Dilma nós teríamos a negação relacionando Aécio, Dilma e a relação amorosa, e assim por diante. Nesse caso nós provavelmente teríamos que enfrentar problemas análogos aos enfrentados pela teoria de grau múltiplo das crenças, proposta por Russell.

Por fim, há a questão dos fatos gerais. Qual pode ser a base ôntica de algo como ‘Todo homem é mortal’? Uma idéia é analisar ‘Todo homem é mortal’ como ‘Se  $a$  é homem, então  $a$  é mortal & se  $b$  é homem, então  $b$  é mortal & ...’ uma conjunta para cada particular do universo. Se nós temos aqui uma equivalência, e supondo que nós tenhamos dado alguma solução para o problema dos fatos negativos, então podemos dispensar os fatos gerais. Pois uma implicação ( $A \rightarrow B$ ) pode ser analisada como a disjunção ( $\sim A \vee B$ ). Mas é duvidoso se uma proposição universal é realmente equivalente a uma conjunção. Se o domínio dos particulares não for fixo, i.e., se outros mundos possíveis tiverem outros domínios de particulares, então a equivalência falha. Por exemplo, poderia ser o caso que ‘Se  $a$  é homem, então  $a$  é mortal & ...’ mas não ser o caso que todo homem é mortal porque haveria um particular distinto de  $a$ ,  $b$ , etc. que seria homem e não seria mortal. Pode parecer evidente que o domínio dos particulares não é fixo, mas esse é um ponto mais controverso do que parece à primeira vista. Williamson (2013) tem defendido recentemente o que ele chama de *necessitismo*, i.e., a tese de que, necessariamente, tudo existe necessariamente. Infelizmente não é possível abordar essa discussão aqui.<sup>5</sup>

Pedro Santos  
Universidade Federal de São Paulo

<sup>5</sup> Um outro tópico que é importante mas que não poderemos abordar é o das bases ônticas para verdades modais. Ver a esse respeito Armstrong (1997: caps. 10, 15, e 16).



### Referências

- Aristotle. *Categories, On Interpretation, Prior Analytics*. Vol. I. Loeb Classical Library No. 325. Translated by H. P. Cooke and Hugh Tredennick. Cambridge: Harvard University Press, 1938.
- Armstrong, D. 1997. *A World of States of Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Armstrong, D. 2004. *Truth and Truthmakers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bigelow, J. 1988. *The Reality of Numbers: A Physicalist's Philosophy of Mathematics*. Oxford: Oxford University Press.
- Bradley, F. H. 1893. *Appearance and Reality*. Elibron Classics, 2005.
- Campbell, K. 1981. The Metaphysics of Abstract Particulars. In *Properties*. Edited by D. H. Mellor and Alex Oliver. Oxford: Oxford University Press.
- Chisholm, R. 1973. Parts as Essential to Their Wholes. *Review of Metaphysics* 26: 581-603.
- Correia, F. 2004. Husserl on Foundation. *Dialectica* 58(3): 349-67.
- Daly, C. 1994-5. Tropes. In *Properties*. Edited by D. H. Mellor and Alex Oliver. Oxford: Oxford University Press.
- Fine, K. 2012. A Guide to Ground. In *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Edited by Fabrice Correia e Benjamin Schnieder. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goodman, N. and W. V. O. Quine. 1947. Steps Towards A Constructive Nominalism. *The Journal of Symbolic Logic* 12(4): 105-22.
- Lewis, D. 1986. *On The Plurality of Worlds*. London: Blackwell.
- Lewis, D. 1999. *Papers in Metaphysics and Epistemology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, D. 2001. Truth-making and Difference-Making. *Nous* 35: 602-15.
- MacBride, F. 2005. The Particular-Universal Distinction: A Dogma of Metaphysics? *Mind* 114(455): 565-614.
- Mulligan, Kevin, Peter Simons and Barry Smith. 1984. Truth-Makers. *Philosophy and Phenomenological Research* 44(3): 287-321.
- Putnam, H. 1978. *Meaning And The Moral Sciences*. London: Routledge.
- Putnam, H. 1983. Realism and Reason. *Philosophical Papers* Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press.
- Russell, B. 1903. *The Principles of Mathematics*. New York: Norton, 1996.
- Russell, B. 1918. *The Philosophy of Logical Atomism*. Chicago: Open Court, 1985.
- Tarski, A. 1935. O Conceito de Verdade nas Linguagens Formalizadas. In *A Concepção Semântica de Verdade*. Traduzido por Cezar A. Mortari. Organizado por Cezar A. Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: UNESP.
- Taylor, B. 1976. States of Affairs. In *Truth and Meaning*. Edited by Gareth Evans and John McDowell. Oxford: Oxford University Press.
- William, D. C. 1953. On The Elements of Being: I. In *Properties*. Edited by D. H. Mellor e Alex Oliver. Oxford: Oxford University Press.
- Williamson, T. 2013. *Modal Logic as Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press.
- Wittgenstein, L. 1921. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Traduzido por Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp.